**PROCESSO**: **n º** 1206 - 3782/2016

**INTERESSADO:** João Carlos Salvador de Lima Santos

**ASSUNTO:** Pagamento de Docente

Trata-se de Processo Administrativo nº 1206 - 3786/2016, em 01 (um) volume com 47 fls., oriundo do Comando Geral da Polícia Militar – referente a serviços docentes prestados no âmbito do Curso de Formação de Praças-CFP, pelo servidor João Carlos Salvador de Lima Santos.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

A análise dos autos sob o nº 1206-3786/2016 restringiu-se à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Chefia de Gabinete (fl.47).

1. Constata-se Sol. N° 104/16 – DT, de lavra do Comandante do CFAP – Ten. Cel. QOC PM Wellington Bittencourt Maranhão de Araújo, datado de 08/07/2016, encaminhando a Diretoria de Finanças para providências subsequentes. (fls. 02).
2. Verifica-se cópia do DOE de 19/04/2016, contendo relação dos credenciados nas disciplinas do Curso de Formação Para Praças e transcrito pelo BGO n° 073 de 20/04/2016 (fls. 03/09).
3. Observa-se cópia do DOE de 25/05/2016, designando o servidor em tela para ministrar as infra-citada disciplina no Curso de Formação de Praças. (fls. 12).
4. Constata-se cópia do BGO n° 022 de 02/02/2016, contendo malha curricular. (fls. 10/11)
5. Verifica-se cópia do Decreto nº 29.258 de 19/11/2013, que regulamenta o pagamento de hora trabalhada aos Instrutores das capacitações promovidas pela administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual. (fls. 14/15).
6. Observa-se que foram juntados aos autos, certificados de conclusões de cursos, cópias de documentos pessoais e ficha de cadastro do docente. (fls. 17/18).
7. Constata-se Nota de Empenho (**2016NE01380**), à fl. 40, ***não possui assinatura do ordenador de despesa***. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/64, *o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*.
8. Verifica-se cópia do BGO Nº 175 de 21/09/2016, contendo o cômputo de horas-aulas ministradas pelo referido servidor (fls. 38/39).
9. Observa-se Nota Fiscal nº 36329 datada de 14/12/2016, referente às despesas com horas aula ministradas no CFAP CFP/2016 no valor de R$3.153,48 (Três mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos) (fls. 44).
10. Verifica-se Declaração de lavra do Ten. Cel. QOC PM Ramon de Oliveira Silva, datado de 15/02/2017, que o referido servidor designado para atuar como Instrutor, no Curso de Formação de Praças – CFP/2016 cumpriu seu horário de trabalho, portanto sem prejuízo de suas funções (fls. 45).
11. Verifica-se DESPACHO Nº 651/2017 de lavra do Diretor de Finanças, autorizando o pagamento de R$3.153,48 (Três mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos), ao servidor em tela (fls. 46).
12. Verifica-se DESPACHO Nº 651/2017, da lavra do Comandante Geral da PMAL, reconhecendo que a dívida é exeqüível na execução orçamentária e financeira para o seu exercício vigente, conforme estabelece art.48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017 (fls. 46).

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

**I - DOCUMENTOS** – Que o docente seja notificado para apresentar, relatório das atividades desenvolvidas, lista de frequência ou lista de participantes concluintes, resultado das avaliações aplicadas, conforme determinado pelo Edital e pelo decreto n° 25.212/2013.

**II - VALOR DEVIDO** – Que os cálculos sejam refeitos, apresentando planilha de cálculos onde identifique **as horas-aulas efetivamente ministradas, o valor do menor subsídio ou vencimento da carreira do oficial, o percentual aplicado e o total dos valores a receber, por aulas ministradas e o total geral.**

**III - VALORES DO SUBSÍDIO** – Que sejam apensados aos autos os valores do menor subsídio ou vencimento da carreira do servidor para conferência dos cálculos.

**IV - DO NÃO PAGAMENTO** - da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada, sugerindo o retorno dos autos a PM/AL, para a solução das pendências processuais apontadas nos itens **“I”** a “**IV**”, voltando para emissão do parecer conclusivo.

Maceió, 10 de julho de 2017.

Isabel Cristina Silva Lins

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 105-8**

**De acordo:**

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**